



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Subcomitê Regional do PJe

Ata nº 002/2023

Ata de Reunião Ordinária do Subcomitê Regional do PJe do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, realizada no dia 22 de junho de 2023.

Às treze horas e oito minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e três reuniram-se os integrantes do Comitê Gestor Regional do e-Gestão, sob a coordenação da Excelentíssima Desembargadora do Trabalho do TRT da 11ª Região **Solange Maria Santiago Morais**. Presentes, também, a Excelentíssima Juíza do Trabalho **Gisele Araújo Loureiro de Lima**, Titular da 10ª Vara do Trabalho de Manaus; a Excelentíssima Juíza do Trabalho **Selma Thury Vieira Sá Hauache**, Titular da 18ª Vara do Trabalho de Manaus; o servidor, **Ricardo Henrique Alves de Carvalho**, Diretor da Coordenadoria de Sistemas Processuais (CSP); o servidor, **Evandro Víde de Souza Júnior**, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações; a servidora, **Fernanda Gheller de Figueiredo**, Representante do 2º Grau; o servidor, **Ricardo Marques de Lima**, Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional; a servidora, **Adilcéa da Silva Maciel**, Diretora da 2ª Vara do Trabalho de Boa Vista; a Drª, **Alessandra da Silva Contente**, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Amazonas; o servidor, **Mariano de Sousa Brito**, Assistente do Diretor da Coordenadoria de Segurança da Informação, Operação e Suporte, representando o servidor Ronanio Cintra da Silva, cuja ausência foi justificada. Apreciado o conteúdo da pauta, decidiu-se:

1 – ESAP n.º 12883/2022 - Relatório de Avaliação Pessoas com Deficiência.

O Diretor da Coordenadoria de Sistemas Processuais, Ricardo Henrique Alves de Carvalho, apresentou os resultados de pesquisa realizada em conjunto pela Coordenadoria de Saúde e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, que teve como foco pessoas com deficiência e sua experiência com o PJe. Informou que foi encaminhado ao Subcomitê Regional do PJe relatório contendo os resultados dessa pesquisa. Durante a exposição, o Diretor ressaltou a identificação de obstáculos no uso do PJe, tais como a impossibilidade de aumentar a fonte em certos campos, o excesso de cliques, a persistência de bugs, problemas no salvamento, quedas do sistema e detalhes no cadastro de processo que podem prejudicar o seu andamento. Destacou também que o número de participantes que responderam ao questionário foi pequeno, representando apenas 33% do público-alvo, e ressaltou que, com exceção do aumento de fontes, os erros apontados são na verdade problemas que afetam os usuários de forma geral e genérica. Enfatizou a necessidade de realizar pesquisa mais detalhada para identificar as



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Subcomitê Regional do PJe

necessidades específicas das pessoas com deficiência. Informou, ainda, que a CSP manifestou-se no ESAP n.º 128883/2022, ponderando que a pesquisa realizada pela Coordenadoria de Saúde foi conduzida de maneira genérica, abrangendo apenas uma parcela reduzida do público-alvo. Ponderou a importância de identificar as demandas específicas dos usuários com deficiência, a fim de desenvolver soluções que atendam adequadamente a essas necessidades e garantam a eficiência do trabalho realizado. Foi passada a palavra aos demais membros presentes. O Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Ricardo Marques de Lima, levantou a questão sobre a possibilidade, do ponto de vista técnico, de o Regional efetuar alterações no sistema PJe. O Diretor da CSP esclareceu que o Regional não tem a capacidade de realizar alterações no sistema, uma vez que o padrão adotado é nacional. Salientou, ainda, que eventuais modificações devem ser estruturadas por meio de projetos e apresentadas ao gestor nacional, seguindo os procedimentos necessários com um maior grau de detalhamento do projeto a ser encaminhado à equipe nacional. A Desembargadora Solange Maria Santiago Morais questionou se o Regional poderia solicitar melhorias. O Diretor da CSP informou que isso seria possível, desde que esteja em conformidade com o Novo Modelo de Gestão de Produtos, que será abordado no próximo item da pauta para um maior aprofundamento da matéria. A Magistrada Gisele Araújo Loureiro de Lima pontuou que a forma como a pesquisa foi realizada careceu de informações. A Magistrada sugeriu que a SETIC efetue uma nova pesquisa junto ao público-alvo, com questionamentos mais abrangentes, a fim de que o Subcomitê tenha subsídios para avaliar a viabilidade de apresentação de demanda de melhoria. O Diretor da CSP questionou se a SETIC possui alguma ferramenta, fora do Pje, que possa atender às pessoas com deficiência em relação ao problema visual no Pje. O Diretor da SETIC, Evandro Vídeo de Souza Júnior, esclareceu que há dois conceitos entrelaçados: acessibilidade e usabilidade. Ainda explicou que a usabilidade é um problema geral que afeta a todos os usuários, enquanto a acessibilidade se destina aos usuários com limitações visuais e em relação à fonte pequena, explicou que o Windows possui ferramenta que possibilita o seu aumento, bem como ferramenta de narração. No entanto, ele ressaltou que a SETIC não possui informações sobre quais usuários são afetados. Também informou que o Comitê de Acessibilidade solicitou à SETIC sete monitores, que foram disponibilizados, mas sem indicar os usuários favorecidos. Por fim, **o Subcomitê deliberou no sentido de a SETIC esclarecer a diferença entre acessibilidade e usabilidade dentro do ESAP correspondente. Além disso, foi deliberado que o setor Médico forneça informações sobre o número de usuários que necessitam de apoio, para que a SETIC possa providenciar o atendimento necessário.**

2 – ESAP 6134/2023 Novo Modelo de Gestão de Produtos.

O Diretor da CSP deu início ao segundo item da pauta esclarecendo sobre o Novo Modelo de Gestão de Produtos. Destacou que a nova sistemática busca, como princípio básico, uma maior participação dos TRTs no desenvolvimento e nas decisões relacionadas às melhorias que serão integradas ao PJe. Explicou que, até então, o desenvolvimento estava centralizado em Brasília, com pouca participação dos Regionais. Ressaltou que a nova proposta é que todos os Regionais tenham envolvimento no desenvolvimento do Pje. Informou que os Regionais já indicaram seus representantes, e no TRT-11, os indicados foram a Excelentíssima Juíza do Trabalho Gisele Araújo Loureiro de Lima e o Diretor da Coordenadoria de Sistemas Processuais, Ricardo Henrique Alves de Carvalho. Além disso, destacou que o TST determinou que os Regionais selecionassem três demandas, que já foram escolhidas e encaminhadas ao Gestor Nacional. Ponderou que o próximo passo envolve a necessidade de realização de votação, sendo que as demandas mais votadas



Subcomitê Regional do PJe

serão incluídas nas próximas versões do PJe. Salientou que, caso uma demanda de um Regional seja selecionada, o Regional responsável pela indicação deverá participar tanto na área negocial quanto no desenvolvimento. Ainda ressaltou que, além das melhorias indicadas pelos Regionais, terão prioridade aquelas que precisam ser executadas em virtude de leis ou atos normativos e, nestes casos, poderá haver envolvimento de algum Regional no desenvolvimento ou centralização na equipe nacional. O Diretor da SETIC deixou claro que o setor prestará todo o suporte necessário para integrar os projetos nacionais. Ressaltou, no entanto, que ao entrar em determinado projeto nacional, os servidores indicados poderão trabalhar exclusivamente nele, o que poderia prejudicar projetos locais e impactar na entrega de outras demandas que não estejam relacionadas aos projetos nacionais. A Desembargadora Solange Maria Santiago Morais enfatizou a necessidade de aguardar as determinações futuras nas próximas reuniões, que abordarão o Novo Modelo de Gestão. Destacou também a importância de os representantes deixarem claro a situação do TRT-11, para que não haja comparação entre o Regional, que abrange dois grandes estados, e outros Regionais que possuem jurisdição em áreas geográficas menores. **Deliberado pelo aguardo das próximas reuniões do grupo do Novo Modelo de Gestão de Projetos**

3 – ESAP 6098/2023 - Criação de Painel Unificado para a EBCT

O Diretor da CSP deu início ao terceiro item da pauta informando sobre o pedido de unificação do Painel de Procuradoria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT. Pontuou que, atualmente, a EBCT possui dois painéis, um direcionado ao Estado do Amazonas e outro ao Estado de Roraima. Ressaltou que já houve um pedido semelhante pela Procuradoria Federal, o qual resultou na unificação nesta última procuradoria. Desde já, adiantou seu voto pela unificação, uma vez que, ao aglutinar os painéis, não haverá mais possibilidade de que determinado expediente seja encaminhado ao painel errado, evitando, assim, prejuízos processuais, pois, nos casos em que isso ocorre, é necessário repetir o expediente, direcionando-o ao painel correto. Ressaltou ainda que o pedido partiu da própria EBCT. Por fim, deixou claro que há viabilidade técnica para efetivar a unificação solicitada. A Desembargadora Solange Maria Santiago Morais ressaltou que, caso haja viabilidade técnica, não encontra objeções em atender ao pedido de unificação. **O Subcomitê deliberou pela unificação, sem ressalvas.**

4 – ESAP 1884/2023 - Utilização de E-mail Funcional.

O Diretor da CSP deu início ao quarto item da pauta informando que o Regional recebeu determinação, através do Ofício Circular CSJT.SG n.º 27/2023 (ESAP n.º 1894/2023), para que os usuários internos utilizassem em seus cadastros o e-mail funcional, não sendo permitido o uso de e-mails fora do domínio do TRT-11. Relatou que antes da determinação, alguns usuários internos utilizavam e-mails que não estavam dentro do domínio do Regional. Pontuou que, diante dessa situação, a CSP realizou levantamento dos usuários internos que não estavam utilizando o e-mail funcional, e os cadastros foram atualizados para estar de acordo com a nova regra, utilizando o e-mail funcional. Ressaltou que nesse levantamento foi identificada a existência de usuários ativos que já tiveram seu vínculo com o TRT-11 extinto. Informou, ainda, ao Subcomitê, que os cadastros foram devidamente atualizados, seguindo a determinação de utilização do e-mail funcional. Além disso, destacou que, atualmente, o gestor de cada unidade jurisdicional é responsável pelo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Subcomitê Regional do PJe

gerenciamento dos usuários que trabalham naquela localidade, devendo informar quando há um novo usuário e qual será seu papel no Pje, bem como devendo noticiar quando um usuário é removido ou deixa o quadro do Regional, porém, a última informação não é repassada a CSP. Por fim, trouxe proposta ao Subcomitê para que seja encaminhado expediente à Presidência deste Egrégio Tribunal, solicitando a criação de dispositivo no ato que trata da localização e do papel dos usuários. O objetivo dessa proposta é que a Secretaria de Gestão de Pessoas comunique ao Administrador do Sistema PJe, nos casos de desligamento de servidores, para que o registro no referido sistema seja devidamente baixado. Essa medida visa aprimorar as políticas de segurança da informação do tribunal. **O Subcomitê deliberou pela criação do expediente, que será encaminhado à Presidência para análise e adoção das medidas necessárias.**

5 – ESAP 4374/2023 - Implementação de extração de dados estatísticos via plataforma CODEX.

O Diretor da CSP deu início ao quinto item da pauta tratando da implementação do extrator de dados da plataforma CODEX. Informou que o PJe é o sistema de tramitação processual, servindo de base para outros sistemas estatísticos, como o e-Gestão e o DATAJUD. Explicou que o sistema DATAJUD é a plataforma de dados do poder judiciário, gerenciada e mantida pelo CNJ. Pontuou que o Subcomitê recebeu a informação de que estava disponível um novo extrator de dados, sendo destacada a relevância dessa ferramenta, que coleta os dados no PJe e os disponibiliza no DATAJUD. O Diretor da CSP ressaltou que a ferramenta já está implementada no Regional e que sempre que há atualização, são tomadas as providências necessárias para a sua implementação. O Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Ricardo Marques de Lima, pediu a palavra para destacar a relevância da extração de dados no trabalho da corregedoria. Mencionou que utiliza o sistema Hórus, importado do TRT 8, e ressaltou que a maioria dos Regionais utiliza o sistema Power BI. Informou, ainda, que para otimizar o processo de extração de dados, foi feita solicitação à SETIC para obter apoio na automação da extração, substituindo a extração manual. Ressaltou, ainda, que a SETIC concedeu um servidor, possibilitando a migração do antigo sistema para o Power BI, o que resultou em sucesso na extração automática dos dados em tempo recorde. **Não houve deliberação, pois o item da pauta já foi cumprido com a instalação do extrator**

6 – ESAP 6155/2023 - Solicitação de sentenças/acórdãos proferidos em processos discutindo acidentes de trabalho típico e/ou doenças ocupacionais/profissionais, bem como eventuais acordos.

O Diretor da CSP deu início ao sexto item da pauta tratando da solicitação dos gestores regionais do programa Trabalho Seguro. Informou que foi solicitado ao Subcomitê Regional do Pje o fornecimento das sentenças, acórdãos e acordos relacionados a acidentes de trabalho típicos e/ou doenças ocupacionais/profissionais. Pontuou que, em relação à possível automatização da extração desses dados, os sistemas utilizados para geração de relatórios estatísticos possuem informações estruturadas provenientes de campos específicos do sistema. No entanto, ressaltou que o sistema não possui a capacidade de ler o conteúdo dos documentos. Concluiu que a identificação dos processos com esses temas depende da seleção adequada durante a autuação do processo, e a extração dos dados está sujeita à precisão do preenchimento desses campos pelos usuários e caso não sejam preenchidos corretamente, a extração não refletirá a realidade. O Diretor ressaltou ainda que, se o programa necessitar dessas informações de forma recorrente, seria ideal envolver as unidades responsáveis pelo processo diário para garantir o correto cadastramento e a obtenção de dados mais precisos. A Desembargadora Solange Maria Santiago Morais mencionou que nem todas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Subcomitê Regional do PJe

as petições iniciais mencionam claramente os temas relacionados e, por vezes, é necessário inferir essas informações por meio da análise jurídica do processo. Pontuou que, a princípio, as secretarias de vara realizassem esse trabalho no primeiro grau e, no segundo grau, os gabinetes. Consignou que tanto no primeiro grau quanto no segundo grau, há escassez de mão de obra para realizar esse tipo de trabalho que envolve não apenas as petições iniciais, mas também as sentenças e acórdãos que abordam essas questões, mesmo quando o tema não é inicialmente indicado de modo correto. Sugeriu, por fim, encaminhar comunicação ao Comitê de Trabalho Seguro para solicitar orientações sobre como conduzir essa pesquisa, levando em consideração a falta de pessoal disponível para realizar a análise. **O Subcomitê deliberou que será emitida comunicação ao Comitê Regional de Trabalho Seguro, solicitando auxílio na definição dos parâmetros da pesquisa, considerando a escassez de servidores disponíveis.**

7 – ESAP 3333/2023 - Biblioteca Digital - Conteúdos indexados pelo google.

O Diretor da CSP deu início ao sétimo item da pauta, que tratava da biblioteca digital. O Diretor informou que o regional havia recebido questionamentos de advogados e partes sobre dados relacionados a processos judiciais que estavam sendo exibidos em pesquisas no Google. Ressaltou que a indexação não poderia ser feita através do PJe, mas ao pesquisar o nome de determinada parte, o Google retornava o inteiro teor de documentos contidos no processo através da Biblioteca Digital. Informou que, para tratar dessa questão, o subcomitê expediu ofício à presidência, por meio da Desembargadora Solange Maria Santiago Morais, informando o ocorrido. Além disso, O diretor da CSP salientou que a SETIC se manifestou, via ESAP n.º 3333/2023, informando que foram realizados ajustes na biblioteca digital para sinalizar aos bots do Google que não realizassem a indexação do conteúdo e que os pedidos individuais de remoção de acesso a documentos publicados na Biblioteca Digital, assim como as solicitações de remoção de conteúdo feitas ao Google, foram devidamente atendidos e respondidos à Ouvidoria deste Regional. O Diretor da CSP acrescentou que, após a manifestação da SETIC no ESAP n.º 3333/2023, a presidência devolveu o expediente ao Subcomitê para ciência das providências adotadas. **Foi deliberado o arquivamento da matéria tratada no ESAP n.º 3333/2023.**

8 - Deliberações finais

A Desembargadora **Solange Maria Santiago Morais** solicitou, ao Diretor da CSP, Ricardo Henrique, a relação dos membros do Subcomitê que convidados não participaram.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 14:25 horas.

Assinado eletronicamente

Solange Maria Santiago Morais

Desembargadora do Trabalho Presidente do Subcomitê Regional do e-Gestão

Assinado eletronicamente

Gisele Araújo Loureiro de Lima

Juíza Titular da 10ª Vara do Trabalho de Manaus
Coordenadora da Coordenadoria de Sistemas Processuais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Subcomitê Regional do PJe

Assinado eletronicamente

Selma Thury Vieira Sá Hauache

Juíza do trabalho Titular da 18ª Vara do Trabalho de Manaus

Assinado eletronicamente

Adilcéa da Silva Maciel

Diretora da 2ª Vara do Trabalho de Boa Vista

Assinado eletronicamente

Mariano De Sousa Brito

Assistente do Diretor da Coordenadoria de Segurança da Informação, Operação e Suporte
(Representando RONANIO CINTRA DA SILVA - Diretor da Coordenadoria de Segurança
da Informação, Operação e Suporte)

Assinado eletronicamente

Alessandra Da Silva Contente - OAB/AM 7091

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Amazonas

Assinado eletronicamente

Ricardo Henrique Alves de Carvalho

Diretor da Coordenadoria de Sistemas Processuais

Assinado eletronicamente

Fernanda Gheller de Figueiredo

Representante do 2º grau

Assinado eletronicamente

Ricardo Marques de Lima

Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional

Assinado eletronicamente

Evandro Vídeio de Souza Júnior

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações